



Titre: O campesinato haitiano na construção do país: rupturas, resistências e reorganização da vida rural

Auteure: Deborah da Silva Xavier Alves Pereira

Revue: *Anthropologie des savoirs des Suds*, numéro 2

Dossier: Le rôle des savoirs du Sud dans la durabilité humaine, écologique et planétaire

Numéro dirigé par Oibrillant Damus (Université d'État d'Haïti, Université de Sherbrooke, Université Laval), Christine Focquenoy Simonnet (Université Lille 2), Chen Qiang (Université de Sanya), Joseph P. Saint-Fleur (Académie de Lille), Catherine Thomas (Association Comprendre et Soigner en Situation Transculturelle), Renata de Melo Rosa (Instituto Maria Quitéria)

Éditeur: Les Éditions de l'Université de Sherbrooke (ÉDUS)

Année: 2025

Pages: 236 - 252

ISSN: 2817-4070

URI: <https://hdl.handle.net/11143/23284>

DOI: <https://doi.org/10.17118/11143/23284>



Cet ouvrage est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons [Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O CAMPEGINATO HAITIANO NA CONSTRUÇÃO DO PAÍS: RUPTURAS, RESISTÊNCIAS E REORGANIZAÇÃO DA VIDA RURAL

DEBORAH DA SILVA XAVIER ALVES PEREIRA,
MESTRANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA/UFRRJ)

Resumo: O artigo analisa o papel do campesinato haitiano na destruição do sistema de plantation e na construção de formas autônomas de organização social após a independência do Haiti, em 1804. Partindo da história da Revolução Haitiana, discute-se como os ex-escravizados articularam práticas de resistência que envolvem não apenas a recusa ao trabalho forçado, mas também a reorganização da produção, da terra e da alimentação com base na agricultura de subsistência e na coletividade. O conceito de soberania alimentar é mobilizado para interpretar essas estratégias como formas históricas de rejeição ao modelo colonial e suas continuidades. Ao longo do século XIX, essas práticas camponesas consolidaram uma economia voltada à subsistência, à resistência ao modelo colonial e ao cuidado coletivo com a terra, um projeto de vida que persiste mesmo frente às pressões do capital e do Estado.

Palavras chave: Haiti; campesinato; soberania alimentar; sistema de plantation; resistência camponesa.

INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana (1791–1804) é amplamente reconhecida como um marco na história das lutas anticoloniais e abolicionistas no mundo atlântico. Contudo, o Haiti não é apenas a primeira república negra livre do mundo moderno, mas também um exemplo de ruptura com o modelo de colonização plantation, que se baseava na monocultura para exportação, no trabalho escravizado e na devastação territorial.

Mais do que buscar a liberdade formal, a revolução foi marcada pela recusa ativa dos ex-escravizados a toda uma estrutura de dominação racial, econômica e territorial. Este artigo parte da pergunta: como os camponeses haitianos atuaram no processo de libertação e construção do país a partir da terra e da alimentação? Ao invés de serem apenas receptores da independência ou força de trabalho remanescente do sistema colonial, os camponeses construíram um projeto próprio, baseado na pequena produção, na autonomia alimentar e no controle coletivo da terra. Uma lógica que antecipa o que hoje se denomina como soberania alimentar: o direito dos povos de decidirem sobre a produção e o consumo dos próprios alimentos de forma culturalmente apropriada e ecologicamente sustentável.

Ao evidenciar a rejeição camponesa ao sistema plantation e o esforço para construir formas autônomas de vida e produção através de práticas que resultaram em formas concretas de resistência ao projeto colonial, o artigo argumenta que a ação dos trabalhadores rurais foi central não apenas na conquista da independência, mas também na reorganização social e econômica do Haiti após 1804. Através da queima das plantações, da recusa ao trabalho forçado e da criação de economias de subsistência, os camponeses haitianos afirmaram uma outra forma de existência, com profundas implicações políticas.

O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta o processo de implantação do sistema plantation no Haiti e sua lógica de exploração racial e ambiental. A segunda analisa a Revolução Haitiana sob a ótica da luta camponesa pela terra e pela autonomia. Por fim, a terceira parte examina as estratégias cotidianas de resistência camponesa, como o conuco, o konbit, o lakou e as práticas alimentares herdadas historicamente.

A LÓGICA COLONIAL E O SISTEMA DE PLANTATION

Antes da chegada dos colonizadores, a terra era compreendida como algo sagrado pelas populações originárias do Caribe, sendo utilizada de forma coletiva e em harmonia com o meio. A colonização impôs uma nova lógica de ocupação do território, marcada pela destruição desses modos de vida e pela implementação de um sistema de dominação e extração.

Malcom Ferdinand (2022), traz o conceito de habitar colonial para explicar a forma como os colonizadores se apropriaram dos territórios. Segundo ele, o habitar colonial estabelecido pelas potências europeias nas ilhas do Caribe possui três características principais: a instituição da propriedade privada da terra, o estabelecimento da plantation como forma primordial de ocupação e a exploração massiva de seres humanos através da hierarquização da produção, na qual havia um senhor e trabalhadores subordinados. A construção de portos, vias, paróquias e infraestrutura foi pensada para servir à lógica da plantation, estruturando o território em função da exportação de monoculturas, principalmente o açúcar.

Os primeiros colonizadores da ilha foram os espanhóis, que utilizaram a população indígena para a exploração de ouro. Essa população foi dizimada pela escravidão e por doenças, sendo rapidamente substituída por africanos escravizados, vindos principalmente das regiões atuais de Benin, Togo e Congo. A partir do século XVI, a extração mineral foi sendo substituída pelo cultivo da cana-de-açúcar, dada a fertilidade do solo e as condições climáticas favoráveis. O crescente interesse europeu na região levou à ocupação da parte ocidental da ilha pela França, que, em 1697, formalizou sua posse através do Tratado de Ryswick, criando a colônia de Saint-Domingue, uma das mais ricas do Ocidente, representando dois terços do comércio francês com a produção de açúcar (ROTERMEL, 2021).

A implantação do sistema de plantation provocou uma devastação ambiental profunda: florestas inteiras foram desmatadas para dar lugar às monoculturas. Em 1492, quando Cristóvão Colombo chegou à ilha, cerca de 80% do território estava coberto por florestas; em 1804, no momento da independência, grande parte dessas áreas havia sido destruída para a instalação de plantações (FERDINAND, 2022).

Além disso, a economia agrícola da plantation era voltada exclusivamente para a exportação de monoculturas, o que impedia o suprimento das necessidades alimentares da população local. A terra não produzia para quem nela vivia. O sistema plantation, ao impedir a produção de alimentos para consumo local, reafirmava o princípio de que “Tu não te alimentarás de tua ilha e Tua ilha não te alimentará” (FERDINAND, 2022, p. 65). Nesse processo, a terra deixou de ser compreendida como espaço de acolhimento e geração de alimento, passando a servir prioritariamente ao enriquecimento de acionistas e proprietários. Assim, a falta de acesso à alimentos de qualidade e o não poder de decisão sobre o que será plantado passou a ser parte estrutural do modelo colonial, contribuindo para a vulnerabilidade dos territórios.

Haraway (2016) propõe o conceito de plantationoceno para descrever a persistência da lógica plantation na organização do mundo contemporâneo. O termo se refere à continuidade de práticas de padronização, exploração e controle que atravessam instituições públicas, serviços, universidades e até os hábitos de consumo. Há, nesse sistema, uma repetição

de formas de habitar a terra marcadas pela destruição da diversidade e pela negação da autonomia dos povos.

O sistema de plantation, ao impor uma lógica de exploração intensiva da terra e das pessoas, transformou radicalmente o território haitiano e negou às populações locais o direito ao alimento, ao pertencimento e à liberdade. No entanto, esse modelo não permaneceu inquestionado. Às vésperas da Revolução Haitiana, os ex-escravizados e camponeses já articulavam formas de resistência ao sistema imposto. É nesse contexto que a revolução se configura não apenas como ruptura política, mas como a expressão concreta de um novo projeto territorial, no qual a terra e o cultivo voltariam a servir à vida e não ao lucro colonial.

A REVOLUÇÃO HAITIANA E DESTRUIÇÃO DA PLANTATION

A Revolução Haitiana não foi apenas um levante pela abolição da escravidão ou pela independência nacional, mas uma insurgência contra toda a ordem racial e econômica do sistema colonial. Como destaca Quijano (2005), a ideia de raça foi central na consolidação do padrão de poder colonial nas Américas, funcionando como justificativa para as hierarquias sociais e para a dominação econômica dos povos não europeus. A racialização da sociedade foi, portanto, uma tecnologia de governo que permitiu a exploração dos corpos negros.

Fanon (2006) descreve essa estrutura colonial como uma “zona do não ser”, onde os sujeitos negros eram destituídos de humanidade e expostos a todo tipo de violência, desprovidos de direitos e da possibilidade de reconhecimento. Essa desumanização sustentava o sistema plantation em Saint-Domingue, uma sociedade profundamente estratificada, marcada não apenas pela oposição entre negros e brancos, mas também pela presença de mulatos livres, que adicionavam complexidade à rígida hierarquia social.

O estopim da revolução veio com a Revolução Francesa de 1789 e a subsequente Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujos ideais chegaram ao Haiti por meio de líderes como Vicent Ogé. Mesmo derrotado e brutalmente executado, Ogé inaugurou um ciclo de mobilizações que resultaria, em 1791, na explosão da maior revolta de escravizados da história atlântica moderna. Articulados em torno dos rituais do vodu, os insurgentes realizaram reuniões secretas para troca de informações, formação de alianças e organização coletiva. Ao final de julho daquele ano, na região de Le Cap, estavam prontos esperando pelo momento de agir. As ações começaram em agosto, a revolta foi iniciada sob a liderança de Boukman, sacerdote vodu, com a queima das plantações e a execução dos senhores.

A destruição das fazendas representava mais do que um ato de vingança: era uma tática política radical. Os escravizados sabiam que, enquanto as plantações continuassem de pé, o regime colonial se manteria. A única forma de pôr fim à escravidão era eliminando sua base material. Como observa James (2000), “Os escravos destruíram sem cansar [...] buscavam a salvação da maneira mais óbvia: pela destruição daquilo que causara o seu sofrimento, e se destruíram muito era porque muito haviam sofrido” (JAMES, 2000, p. 94). A violência da insurreição foi proporcional à brutalidade do sistema escravista, que utilizava o terror, como a exposição pública de cabeças de escravizados em estacas, para manter o controle. No entanto, isso não foi suficiente, pois tanto os negros que estavam lutando quanto os que não estavam entendiam que não havia esperança sem ser por meio da revolução e, assim, o grupo de revolucionários foi crescendo, chegando a aproximadamente cem mil (JAMES, 2000).

Com a adesão de Toussaint Louverture em 1791, a revolução ganhou um novo fôlego e organização militar. Louverture, ex-escravizado letrado e estrategista habilidoso, assumiu a liderança dos exércitos negros, negociando com potências europeias, organizando o trabalho agrícola sob novas bases e propondo uma sociedade de trabalhadores livres. Ainda assim, sua proposta mantinha a agricultura de exportação, agora baseada em trabalho assalariado sob vigilância militar, o que gerou contradições com os ideais de liberdade da base camponesa. Sob sua liderança, os negros enfrentaram não apenas os franceses, mas também os espanhóis, que avançaram a partir do oeste da ilha, e os ingleses, interessados em conquistar o território e assumir o controle da colônia.

A abolição da escravidão em 1794 formalizou o fim do sistema escravista, mas não rompeu de imediato com a lógica da plantation. O Estado haitiano, sob os sucessivos governos de Louverture, Dessalines, Pétion e Christophe, apostou na manutenção das monoculturas como estratégia de geração de renda para financiar a defesa do país e garantir sua soberania frente às ameaças externas. Com o isolamento internacional e a ausência de reconhecimento diplomático, o Haiti dependia da exportação de café e outros produtos tropicais para se manter inserido economicamente no sistema-mundo.

Com isso, houve um desencontro entre o projeto estatal e as aspirações dos trabalhadores agrícolas, que formavam a base social e política do país. A revolução havia sido feita em nome da liberdade, princípio que inicialmente uniu Estado e nação. No entanto, para a população camponesa, a liberdade significava o direito de cultivar pequenas parcelas de terra e comercializar sua produção nos mercados locais, garantindo o próprio sustento. Já para o governo, a segurança e o futuro do Estado permaneciam atrelados à continuidade do regime de plantation. Nesse sentido, a luta pela terra se tornou o eixo da resistência camponesa no pós-independência. É interessante observar que a agricultura camponesa não era vista

como uma alternativa à falência da indústria açucareira, mesmo tendo um grande potencial, tanto pela quantidade de terras disponíveis, quanto pelo desejo popular de autonomia.

A distribuição fundiária refletia a tensão entre o projeto estatal e o desejo popular. Enquanto os governantes recompensavam soldados e aliados políticos com grandes extensões de terra, os camponeses ocupavam áreas abandonadas ou aquelas localizadas no alto das montanhas. No entanto, a associação entre liberdade e acesso à terra moldou o surgimento de um campesinato autônomo no Haiti. Os ex-escravizados rejeitaram o retorno ao sistema de plantation e, progressivamente, desenvolveram práticas de agricultura familiar. Inicialmente, muitos ocuparam terras abandonadas sem título formal, enquanto outros adquiriram pequenas propriedades por meio de compra ou concessões estatais.

Uma medida fundamental nesse processo ocorreu em 20 de abril de 1807, quando o presidente Alexandre Pétion decretou a concessão oficial de propriedade a qualquer agricultor que cultivasse terras, sob a condição de que plantasse café, algodão ou outras culturas comerciais no prazo de um ano. Essa política não apenas buscava impulsionar a economia, mas também garantir apoio político das massas camponesas. Segundo Gonzalez (2019), a ocupação informal foi provavelmente a forma mais comum, ainda que pouco documentada.

Ao longo do século XIX, essa configuração agrária se consolidou. Com o abandono das grandes plantações, a queda dos preços das terras facilitou o acesso dos pequenos agricultores à propriedade. Mesmo aqueles que inicialmente não tinham recursos para comprar terras puderam ocupar áreas abandonadas ou migrar para regiões montanhosas e remotas. A escassez de trabalhadores disponíveis obrigou os antigos proprietários a abandonar o cultivo de culturas comerciais ou a oferecer melhores condições de trabalho, o que também contribuiu para a fragmentação do antigo sistema de plantation e o fortalecimento da agricultura de subsistência.

Mesmo diante de medidas repressivas, como o Código Rural de 1826, criado durante o governo Boyer, os camponeses continuaram a organizar a vida no campo de forma autônoma. As regras contidas no documento buscavam disciplinar os trabalhadores agrícolas e impedir a propriedade coletiva. A criação do Código Rural, em 1826, está diretamente ligada à dívida de independência que o Haiti foi forçado a assumir com a França em 1825, pois para pagar a indenização exigida como condição para o reconhecimento da independência, o Estado haitiano intensificou o controle sobre o trabalho rural.

A associação entre liberdade e terra permaneceu central ao longo de todo o século XIX. A resistência à reimplantação do sistema plantation não foi apenas simbólica: em diversas ocasiões, camponeses incendiaram plantações, sabotaram iniciativas de empresas estrangeiras e defenderam armadamente suas pequenas propriedades. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, agricultores haitianos incendiaram plantações de borracha e citrônella implantadas por empresas americanas, em protesto contra o deslocamento forçado de famílias (GONZALEZ, 2019).

Dessa forma, a destruição da plantation não se encerrou com o fim da escravidão. Ela se prolongou nas práticas cotidianas de recusa, nas ocupações de terra, nas formas autônomas de produção e nas resistências contra o capital estrangeiro. O campesinato haitiano, nascido da revolução, tornou-se a força social hegemônica do país, moldando seu desenvolvimento social, político e econômico.

A agricultura de subsistência teve um papel central no Haiti pós-revolução. Os escravizados, privados de alimentos durante o regime colonial, muitas vezes morriam de fome. Por isso, garantir o próprio sustento tornou-se uma questão urgente. Quando puderam escolher o que cultivar, a sociedade haitiana passou a se tornar mais autossuficiente na produção de alimentos (GONZALEZ, 2019).

Embora houvesse divergências entre os interesses dos primeiros líderes haitianos e as demandas da população, ambos reconheciam a importância estratégica da produção doméstica de alimentos. Para o governo, garantir o suprimento interno era essencial não apenas para alimentar a população, mas, sobretudo, para sustentar os exércitos defensores durante os bloqueios e ameaças externas. Nesse contexto, os agricultores desempenharam um papel decisivo ao manter o abastecimento necessário à continuidade da luta.

Diversas medidas foram tomadas pelos líderes revolucionários para ampliar a produção agrícola. O governo de Toussaint Louverture ordenou que os gerentes das plantações cultivassem alimentos básicos como banana, feijão, milho, batata-doce e arroz, destinados a abastecer os combatentes. Da mesma forma, diante da ameaça de uma nova invasão francesa, Christophe mobilizou toda a população, incluindo mulheres, idosos e crianças para cultivar alimentos nas áreas mais remotas e inacessíveis das montanhas.

Embora a nova invasão francesa não tenha se concretizado, os esforços de mobilização agrícola nas áreas rurais surtiram efeito. Já na primeira década após a independência, o Haiti alcançou um excedente na produção de alimentos básicos, capaz de sustentar a população. Apesar da necessidade de importar alguns itens não produzidos internamente, como farinha, peixe, vinho, manteiga e queijo, a produção local foi suficiente para assegurar a segurança alimentar do país nesse período inicial (GONZALEZ, 2019). É importante destacar que, ao

contrário da soberania alimentar, que enfatiza o direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, o conceito de segurança alimentar está mais diretamente relacionado ao acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

AGRICULTURA, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: O PROJETO CAMPONÊS APÓS A INDEPENDÊNCIA

A consolidação do campesinato haitiano no pós-independência foi resultado não apenas da destruição da plantation, mas também da construção ativa de alternativas econômicas, sociais e culturais por parte das comunidades rurais. Diante de um Estado que buscava manter a lógica da monocultura exportadora, os camponeses articularam formas de resistência que reafirmavam sua autonomia e reafirmavam outros modos de habitar, produzir e viver.

Entre as estratégias, além da agricultura de subsistência, o sistema de trocas locais adquiriu grande relevância. Os mercados rurais, organizados sobretudo pelas mulheres, tornaram-se espaços centrais da vida econômica. Comerciantes populares usavam pedras e outros objetos como formas alternativas de contabilidade, dificultando a fiscalização e a cobrança de impostos pelo Estado. O gado funcionava como moeda em muitas transações, e a economia de troca frequentemente substituía as operações monetárias. Para Gonzalez (2019), a ordem econômica rural haitiana era tão centrada na subsistência que, em certo sentido, se tornou parcialmente contra-comercial, com características de aversão ao dinheiro e à lógica mercantil.

Ainda assim, muitos agricultores mantinham vínculos com o comércio internacional. Para acessar produtos importados, como ferramentas, tecidos e sal, era necessário gerar excedentes agrícolas. O café, menos intensivo em capital e trabalho do que a cana-de-açúcar, rapidamente se consolidou como a principal commodity de exportação. Por não exigir grandes plantações nem grandes contingentes de trabalho forçado, o café se adaptava melhor à lógica da pequena produção camponesa e passou a ser cultivado em paralelo às lavouras alimentares.

O café teve papel central tanto na economia do país quanto na continuidade da luta pela independência. Durante a guerra, os revolucionários trocaram café por armas e munições. Tentativas posteriores do Estado de racionalizar sua produção enfrentaram forte resistência. Em 1818, o governo de Henri Christophe tentou proibir o cultivo de alimentos entre os pés de café, exigindo a monocultura e a intensificação do trabalho. Mas, como afirma Gonzalez (2019), “nenhuma ordem oficial poderia obrigar as massas haitianas a adotar o cultivo intenso e racionalizado de monoculturas que caracterizava a economia escravista colonial” (GONZALEZ, 2019, p. 222).

Outro exemplo dessa resistência foi a exploração do *bwa kanpèch* (pau-campeche), madeira usada na tinturaria. Durante os anos 1830, as exportações de madeiras nobres e tintoriais se expandiram, despertando críticas por parte de setores ligados à defesa do modelo plantation. Um observador francês, em 1838, chegou a afirmar que o comércio de tinturaria era um “dreno” da escassa mão de obra nacional, pois afastava os camponeses da “agricultura adequada”, ou seja, da monocultura voltada à exportação (GONZALEZ, 2019).

É interessante pensar que, por essa lógica, para os defensores da plantation, a agricultura adequada estava ligada a um sistema de exploração massiva do meio ambiente e dos seres humanos visando o lucro para um determinado grupo da sociedade. Para os camponeses, no entanto, a tinturaria representava uma atividade alternativa, compatível com seu modo de vida e menos sujeita à vigilância estatal. Tentativas de repressão por parte dos governos de Dessalines e Christophe não conseguiram barrar o crescimento dessas exportações.

No plano da organização produtiva, o sistema de conuco foi uma forma tradicional de agricultura mista e policultural praticada nas encostas e regiões montanhosas. Os conucos combinavam diversas culturas, raízes como mandioca, inhame e batata-doce; frutas como banana, manga e coco, e até cana-de-açúcar, em espaços compactos, muitas vezes de difícil acesso. Essas lavouras aproveitavam a diversidade do solo e do clima, resistindo às pressões pela padronização agrícola e dificultando a ação de fiscais e cobradores de impostos. Segundo Gonzalez (2019), os conucos funcionavam como verdadeiras zonas de autonomia, nos quais se cultivavam também valores comunitários e uma ética da subsistência.

Essa diversidade agrícola, além de garantir a soberania alimentar, tinha valor simbólico e político. Na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, a Via Campesina introduziu a ideia de “soberania alimentar”, o conceito foi criado para ser um contraponto às noções predominantes de segurança alimentar, que não discutiam o controle social do sistema alimentar. Portanto, a ideia de soberania alimentar é multidimensional, já que abrange várias questões sobre produção de alimento, demarcação e reconhecimento de terras originárias e tradicionais, garantia aos povos de direito sobre seus campos, florestas, águas e cidades. Isso significa ser soberano. É o direito de produzir de acordo com suas próprias políticas agrárias, adaptação social, ecológica, econômica e cultural ao meio local e regional, indo contra ao modelo hegemônico imposto, preservando a biodiversidade e utilizando práticas produtivas sustentáveis.

Em 2007, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, foi criada a Declaração de Nyéléni, que é um marco na luta pela soberania alimentar. O nome do documento foi escolhido em homenagem a uma figura histórica do Mali, na África Ocidental. Nyéléni, segundo a tradição oral, foi uma mulher sábia e respeitada, que teve um papel fundamental no fornecimento de alimentos para sua comunidade e na preservação de conhecimentos sobre práticas

agrícolas sustentáveis. Em um dos trechos da declaração, há uma afirmação essencial para o entendimento mais amplo do conceito de soberania alimentar:

A soberania alimentar é o direito das pessoas a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas de alimentação e agricultura. Ela coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e das políticas alimentares, e não nas demandas dos mercados e das corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração (Declaração de Nyéléni, 2007).

A escolha de determinados cultivos funcionava como estratégia de resistência. Além da função econômica e de subsistência, os alimentos cultivados nas práticas camponesas haitianas carregam significados culturais profundos e são, eles próprios, formas de resistência herdadas historicamente. Raízes, frutas, tubérculos e cabaças eram especialmente apropriados para a chamada “agricultura de fuga”, pois podiam ser cultivados de forma dispersa, muitas vezes em locais de difícil acesso, dificultando sua apreensão pelo Estado ou por cobradores de impostos (SCOTT, 2010 apud GONZALEZ, 2019).

Esses alimentos, por se deteriorarem rapidamente após a colheita, também não eram atrativos para a taxação, o que os tornava ainda mais estratégicos para os camponeses. Não por acaso, a abóbora, alimento nutritivo, de rápido crescimento e de forte presença nas lavou-ras camponesas, se tornou o principal ingrediente da sopa tradicional consumida em 1º de janeiro, data em que se celebra a independência do Haiti (GONZALEZ, 2019). Essa escolha alimentar, carregada de simbolismo, reforça a relação entre autonomia, cultura e liberdade.

Essa lógica de autonomia também se expressava nas formas coletivas de organização do trabalho camponês. Uma prática central nesse sentido era o konbit, sistema de trabalho comunitário baseado na cooperação e na ajuda mútua entre vizinhos e parentes. Mais do que uma estratégia de eficiência produtiva, o konbit expressava uma ética coletiva, se contrapondo à lógica individualizante do trabalho assalariado e ao modelo hierárquico do sistema plantation. Como mostram Trouillot (1990) e Dubois (2012), o konbit foi uma das bases da reconstrução do Haiti pós-independência, combinando solidariedade e autogestão.

Embora haja algumas variações regionais, o sentido do konbit permanece como um símbolo de solidariedade camponesa e resistência frente às políticas que fragilizam a agricultura familiar. Durante o período colonial, os escravizados cultivavam pequenos lotes de terra aos domingos, dia de “folga”, criando laços de cooperação entre grupos e famílias. Com a independência, esse trabalho coletivo se expandiu e passou a se articular ao sistema de parentesco ampliado que organiza o lakou, evidenciando como as práticas de solidariedade e partilha de trabalho estão enraizadas nas formas de organização sociopolítica haitiana.

Outro arranjo central foi o lakou, estrutura doméstica que articula parentesco, terra e espiritualidade. No lakou, várias casas de uma mesma família extensa compartilham o mesmo espaço, organizando-se de maneira cooperativa na produção agrícola, na criação de animais e nos rituais religiosos. O lakou é, ao mesmo tempo, unidade produtiva, espaço ritual e território simbólico. Ao preservar a terra como bem coletivo e inalienável, o lakou representa uma resistência concreta à privatização fundiária e à imposição de valores liberais. No contexto haitiano, o lakou representa uma forma tradicional de organização social e territorial que articula vida familiar, trabalho agrícola e laços simbólicos com a terra. Mais do que um arranjo espacial, é uma estrutura coletiva baseada na cooperação entre membros de uma mesma família extensa, que compartilham moradia, produção e reprodução da vida cotidiana (BULAMAH, 2013).

Sua consolidação como base da vida camponesa se intensificou após a independência, quando os ex-escravizados passaram a formar unidades familiares em oposição ao modelo de plantation. Os lakou mantêm roçados de policultura, criação de pequenos animais e uma divisão de tarefas. As mulheres desempenham um papel central, tanto na produção quanto na gestão econômica, sendo responsáveis por comercializar o excedente nos mercados locais e garantir a renda familiar, enquanto os homens cuidam das ferramentas e da colheita e as crianças auxiliam no pastoreio.

Além dessas formas de organização territorial e produtiva, a resistência camponesa haitiana também se sustentou por meio da valorização dos saberes locais, da espiritualidade vodu e do idioma crioulo. Esses elementos não apenas garantiram a sobrevivência em contextos de adversidade, como também foram fundamentais para a construção de um projeto de vida autônomo e coerente com os valores das comunidades rurais.

A resistência do povo haitiano à dominação colonial e à imposição de modelos ocidentais se expressa de forma poderosa por meio de saberes locais, da espiritualidade e do idioma. Segundo Casimir (2020), o povo haitiano conquistou e manteve sua soberania por meio de duas práticas centrais: o vodu e o uso do crioulo. Embora o francês tenha sido adotado como idioma oficial após a independência, o crioulo permaneceu como a língua do “povo soberano”, expressão viva da cultura e da resistência cotidiana.

A centralidade do idioma na construção do conhecimento popular é destacada por Castor (1986), que aponta o paradoxo vivido no Haiti, onde o idioma oficial não é compreendido por mais de 90% da população. Quando a comunicação institucional se dá em uma língua que não traduz os saberes populares, há um bloqueio na produção e circulação do conhecimento local, que acaba marginalizado. Esse fenômeno não é exclusivo do Haiti, mas se repete em diversos contextos colonizados, onde línguas locais foram silenciadas, contribuindo para o apagamento de cosmovisões e epistemologias não ocidentais.

Nesse sentido, os saberes ancestrais e comunitários assumem um papel essencial, especialmente em ambientes marcados pela escassez de recursos técnicos e materiais. O conhecimento popular, relacionado à saúde, espiritualidade, biodiversidade e manejo dos ecossistemas, não apenas permite a sobrevivência em contextos adversos, mas fortalece a resiliência das comunidades. Segundo Damus, Vézina e Gray (2022), é fundamental reconhecer agricultores e curandeiros como detentores de conhecimentos valiosos, em vez de tratá-los como ignorantes a serem doutrinados por modelos de desenvolvimento que vem de fora.

O conhecimento indígena e local desempenha um papel fundamental na sustentabilidade da vida humana e do planeta. A partir dessa compreensão, Damus (2020) propõe que os sistemas educacionais do futuro se baseiem em uma ecologia dos saberes, na qual o conhecimento produzido no Sul global e no Norte sejam articulados para gerar entendimentos mais amplos sobre as questões culturais, humanas e ambientais. Alimentação, educação informal, solidariedade familiar e entre comunidades e até entre Estados são elementos que podem fortalecer formas de vida diante da fragilidade dos modelos ocidentais de saúde, educação e agricultura.

Nesse contexto, a agricultura tradicional, praticada por agricultores familiares e povos indígenas, adquire um valor estratégico. Esses sujeitos históricos constroem cotidianamente formas alternativas de viver e produzir, contribuindo para a descolonização dos alimentos ao alimentar suas famílias e comunidades com práticas sustentáveis. Damus (2020) aponta que a função emancipatória e humana da agricultura do futuro está diretamente ligada à proteção e valorização dessas formas de produção que respeitam tanto a saúde humana quanto a do planeta. Em contrapartida, a agricultura industrial, guiada pelo paradigma do crescimento econômico infinito, não deve ser tratada como a única solução, sobretudo quando ameaça a sobrevivência de populações locais.

Entre as práticas tradicionais que expressam esse modelo alternativo está o cultivo multivarietal, como o sistema de conuco, já discutido anteriormente. Desenvolvido por razões práticas, culturais e ecológicas, esse tipo de agricultura diversificada permite enfrentar a escassez de terras, conservar a biodiversidade, reduzir os riscos climáticos e ecológicos e prevenir a insegurança alimentar. Como afirmam Damus, Vézina e Gray (2022), algumas variedades de plantas são naturalmente mais resistentes a pragas, e os agricultores tradicionais conhecem essas especificidades. Por isso, rejeitam a especialização em monoculturas, que além de arriscada, compromete a resiliência ecológica e econômica das comunidades.

Dessa forma, o campesinato haitiano construiu e vem construindo um projeto de vida que articula trabalho, território, cultura e resistência. A pequena produção não foi apenas uma alternativa econômica viável, mas uma resposta política à colonialidade, um modo de afirmar a dignidade, a liberdade e o pertencimento à terra diante das tentativas contínuas de reinstaurar formas de dominação.

A partir dessas práticas, da agricultura mista ao sistema de konbit, passando pelo comércio alternativo, pelo cultivo de alimentos simbólicos e pela organização coletiva do espaço, é possível reconhecer, desde o início da independência do Haiti, um esforço persistente por formas de vida baseadas na autonomia, no respeito ao coletivo e à sustentabilidade das relações entre humanos e natureza. Aqui se estabelece uma conexão direta com o conceito de soberania alimentar.

Essa soberania, no caso haitiano, não foi apenas um ideal, mas uma prática cotidiana de resistência e reconstrução do país por parte das camponesas e camponeses. É nesse ponto que este trabalho encontra sua importância: ao reconhecer que, desde o nascimento do Haiti livre, o povo haitiano luta para fazer as coisas de acordo com seus próprios meios, priorizando o que respeita o bem coletivo, os seres humanos e não humanos, e aquilo que sustenta a vida de forma digna e autônoma.

CONCLUSÃO

A história do Haiti pós-independência é marcada por uma profunda tensão entre dois projetos de país: de um lado, a manutenção do modelo plantation como base da economia nacional, defendida por sucessivos governos, que tinham como objetivo manter a independência do país; de outro, a construção de uma sociedade camponesa autônoma, fundada na pequena produção, na subsistência alimentar e no controle coletivo da terra. Longe de serem apenas sobreviventes do sistema colonial ou herdeiros passivos da independência, os camponeses haitianos foram protagonistas de uma ruptura radical com a lógica colonial.

Ao recusar o retorno ao trabalho compulsório, destruir plantações, ocupar terras, organizar mutirões e desenvolver formas próprias de economia, os ex-escravizados consolidaram um modo de vida alternativo à monocultura de exportação. Esse projeto camponês não apenas garantiu a segurança alimentar da população haitiana em um período de grande instabilidade, mas também instaurou novas formas de habitar, produzir e se relacionar com a terra, formas que resistem até hoje à imposição de modelos neoliberais e às investidas do capital estrangeiro.

As práticas do konbit, do lakou e do conuco demonstram que a resistência haitiana se deu não só nas batalhas militares ou nos confrontos diretos com o Estado, mas também na vida cotidiana, na alimentação, na organização do trabalho e nos vínculos comunitários. Essa resistência se articulou também por meio da preservação da língua crioula, da valorização dos saberes ancestrais e da espiritualidade vodu, que seguem como pilares de autonomia cultural e identidade coletiva. Através dessas práticas, os camponeses não apenas afirmaram sua liberdade, mas também construíram um projeto de futuro baseado em valores coletivos, cuidado com a terra e autonomia política.

Retomar essas experiências hoje é fundamental para repensar a soberania alimentar em contextos pós-coloniais, especialmente frente às continuidades do plantationceno. A luta dos camponeses haitianos nos lembra que resistir à colonialidade é também inventar outros modos de existência, modos enraizados no cuidado com a vida, com o território e com os laços que sustentam as comunidades.

REFERÊNCIAS

- BULAMAH, Rodrigo C. O lakou haitiano e suas práticas. *Temáticas*, Campinas, v. 21, n. 42, ago./dez. 2013.
- CASIMIR, Jean. *The Haitians: A Decolonial History*. Tradução de Laurent Dubois. Durham; London: Duke University Press, 2020.
- CASTOR, Suzy. *Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 7-26, mar./ago. 1986. *(Tradução de Hermann lark Oberdiek e Nelson Dacio Tomazi. Original publicado em: Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, Amsterdam, n. 35, p. 71-84, dez. 1983).*
- DAMUS, O.; VÉZINA, M.; GRAY, N. J. Valuing Indigenous Health Promotion Knowledge and Practices: The Local Dialogue Workshop as a Method to Engage and Empower Matrons and Other Traditional Healers in Haiti. In: POTVIN, L.; JOURDAN, D. (Eds.). *Global Handbook of Health Promotion Research*, Vol. 1: Mapping Health Promotion Research. Cham: Springer, 2022. p. 151-163.
- DUBOIS, Laurent. *Haiti: The Aftershocks of History*. New York: Metropolitan Books, 2012.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven; London: Yale University Press, 2019.
- HARAWAY, Donna. "Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes". Tradução de Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom Cultura Científica*, ano 3, n. 5, 2016.
- JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- NYÉLÉNY International Movement for Food Sovereignty. *Declaração de Nyélény*. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- ROTERMEL, Aline Traple. *Um país sem sossego: Uma análise da (in)segurança alimentar haitiana e dos projetos internacionais em curso*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti: State against Nation – The Origins and Legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.